

**“O Futuro há de ser o nosso vingador”
O Partido Liberal capixaba e as denúncias de perseguição
política, 1868-1870***

KARULLINY SILVEROL SIQUEIRA¹

Resumo

Este artigo evidencia os conflitos surgidos entre os partidos políticos capixabas na segunda metade do século XIX, além de demonstrar a utilização da Assembléia Legislativa Provincial como local de denúncia da marginalização política dos liberais capixabas e seus relatos de perseguição por parte do Partido Conservador da província após 1868. Destaca-se ainda a existência de espaços públicos de debates políticos como os jornais do período, além de mecanismos de contestação, como por exemplo, os momentos de eleições, os quais salientavam as forças envolvidas na disputa pelo poder no cenário capixaba.

Palavras-chave: Política; Império; Espírito Santo.

Abstract

This article analyzes the political parties' conflicts, in the Espírito Santo's nineteenth century environment. We intend to demonstrate the Provincial Legislative Assembly as an institution that denounced the Liberal's political marginalization and its persecution by the Conservator Leadership after 1868. It is also relevant to consider that, at those times, the political discussion took place mainly at the local press and on the election's period, when the political forces involved in the dispute for the leadership were made clear.

Keywords: Politics; Empire; Espírito Santo.

O Espírito Santo e a política Imperial

Este artigo aborda aspectos que envolviam a esfera política capixaba em meio ao período oitocentista, ressaltando desta forma, os debates proferidos por parlamentares e também os momentos conturbados nos quais se realizavam as eleições na província, e que, ao mesmo tempo, evidenciavam a disputa entre facções políticas, sobretudo os efeitos gerados após a exclusão dos liberais capixabas do poder legislativo provincial,

* Artigo submetido à avaliação em 26 de maio de 2009 e aprovado para publicação em 14 de julho de 2009.

características que auxiliam no entendimento das forças políticas que atuavam no Espírito Santo durante o Império. Além disso, torna-se relevante identificar os mecanismos e espaços utilizados como canais de disputa das minorias políticas durante o século XIX.

Contudo, além da ausência de uma bibliografia mais ampla que contemple o tema referido, é necessário primeiramente destacar também as dificuldades de se reconstruir a história capixaba devido sua carência em termos de documentação, o que requer a utilização de elementos variados que corroborem para o entendimento do contexto a ser problematizado. Desta forma, para uma análise do cenário político da província, optou-se por um estudo dos discursos proferidos em meio à Assembléia Legislativa Provincial, valendo-se do vocabulário e linguagens políticas utilizadas, sobretudo pelo Partido Liberal nos momentos de contestação e denúncias de perseguição por parte dos conservadores locais.

Com o intuito de promover uma análise das fontes centrada no vocabulário político e nas discussões desenvolvidas pelos legisladores da província, a proposta desta reflexão adentra o mundo das linguagens políticas conforme proposto por autores como John Pocock (2003) e Quentin Skinner (2000), apresentando uma dimensão histórica particular de tais linguagens, baseada em passado constituído pelas configurações sociais, valores e os modos de pensar de um determinado contexto. Sendo assim, a linguagem se torna elemento fundamental na busca por questões problematizadas no período e na colocação de idéias e condutas defendidas no discurso político.

Poucos estudos enfocam a trajetória do Espírito Santo diante do Império, sobretudo no que se refere à sua participação política e os momentos de discussão em meio às importantes questões que vigoraram no período. Desta forma, a partir da carência de fontes acerca desta temática, a historiografia se baseia em obras de alguns importantes memorialistas, como por exemplo: Afonso Cláudio (1912); Basílio de Carvalho Daemon (1879) e José Teixeira de Oliveira (1975).

O entendimento deste período da história capixaba mostra-se ainda insuficiente quando se trata da inexistência de obras que analisem de maneira mais profunda a sociedade e o diálogo entre província e Corte, sobretudo no âmbito político e relacionado aos mecanismos de ação social utilizados pelos indivíduos. Em trabalhos como os de Maria Stella de Novaes (1984) e José Teixeira de Oliveira, percebemos uma maior utilização de fontes primárias, entretanto, a importância atribuída a assuntos

como a trajetória da Assembléia Legislativa Provincial, ou debates políticos, mostram-se colocados de maneira pouco profunda e muitas vezes ainda arraigada ao esquema cronológico e descritivo dos autores acima, posto que tais obras tivessem objetivos diferentes da proposta aqui mencionada.

Tais leituras não revelam, por exemplo, as disputas políticas envolvidas na década de 1860, como também não evidenciam a emergência novas idéias que irão compor o repertório político dos atores sociais envolvidos. Desta forma, o período destacado demonstra o envolvimento da província do Espírito Santo diante da modificação do discurso político, o que pode ser também evidenciado, sobretudo a partir do *renascer liberal* em 1862, e, ainda com mais intensidade a partir dos efeitos da queda do gabinete de Zacarias de Góis em 1868, traduzindo-se na retirada dos liberais progressistas do poder, sendo este o tema principal deste estudo.

Assim, cabe evidenciar a importância da literatura existente, tendo em mente que sua produção se dá em um contexto diferente deste e com outros direcionamentos de pesquisa, o que não retira o mérito de tais obras. Almeja-se então a busca por preencher lacunas e a carência de informações acerca de alguns temas, sendo ainda necessário lançar mão de novas abordagens que abarquem a dinâmica dos espaços públicos de discussão que envolvia a política capixaba na segunda metade do século XIX.

Neste sentido, torna-se necessário um trabalho de releitura das fontes, bem como dos autores supracitados, a fim de dar um *novo olhar* à história capixaba. Além disso, a análise de novas fontes como os documentos do legislativo local, suscita uma série de novos questionamentos, além de contribuir para desmistificar a idéia de província pacata e de pouca participação política durante o Império, idéia muitas vezes repetida pela historiografia, pelo fato de relatar informações de documentos oficiais sem maiores reflexões acerca do jogo político que envolvia o Império e as disputas locais². Para tanto, torna-se necessário investigar os discursos e debates da Assembléia Provincial, com a atenção direcionada também à cultura política do período, entendida aqui como o conjunto de subculturas, atitudes, normas e valores diversos, assim como mecanismos de organização que desembocam nas forças políticas (Sani, 1998:308).

Contrariando tal argumento que anula os embates no cenário local durante o século XIX, a análise das manifestações diante dos episódios de destaque durante o Império, como a Independência e as fortes turbulências da Regência, destaca os variados conflitos sociais e políticos ocorridos em terras capixabas, apontando para uma

província que estava de fato, a par das transformações do período, embora até o presente momento não haja evidências concretas de idéias e projetos como os propagados na Corte pelas facções políticas, como por exemplo, os *liberais Exaltados* (Basile, 2000:130). Contudo, tão pouco pode se afirmar que as transformações não tiveram nenhuma repercussão no Espírito Santo, mesmo que a historiografia reconheça estes fenômenos como:

[...]Os vendavais políticos, que agitavam o país de norte a sul, refletiam sua virulência na vida pacata da Província capixaba. Não que se tramasse aqui alguma rebelião. Também não se pode afirmar que a delinqüência individual se houvesse avolumado de maneira excepcional. O que, afinal, não seria de estranhar em uma Província cujo policiamento ia pouco além de simples quimera. [...] Ocorria aqui o fenômeno assás corriqueiro nos países em fase de aguda ebulição política: as mais simples atitudes sociais se manifestavam exaltadamente, assumindo, muitas vezes, cambiantes extra-legais (Oliveira, 1879 :321).

Em meio á década de 1830, acompanhando as demais províncias, vislumbramos também no Espírito Santo oitocentista o advento de grupos políticos, que favorecidos por uma sociabilidade local, já agremiavam neste momento nomes de grande prestígio que posteriormente viriam a serem os primeiros deputados da Assembléia Legislativa Provincial. Curiosamente, as facções vislumbradas na província nascem do conflito entre duas irmandades. De acordo com memorialistas capixabas, a disputa acirrada entre os dois grupos nasceu do episódio ocorrido em 1832, no qual a imagem de São Benedito alocada no Convento de São Francisco aos cuidados de Frei Santa Úrsula, que servia às procissões do Convento de São Francisco, fora então proibida pelo Frei de sair do Convento em um dia de chuva no referido cortejo feito pelos irmãos da Irmandade do Rosário (Elton, 1988).

Assim, no ano posterior o clima se tornou ainda mais eufórico entre os devotos de São Benedito, pois estavam dispostos a ter a posse da imagem a qualquer custo. Nas palavras de Serafim Derenzi (1965):

No domingo de 23 de setembro de 1833, pela manhã, às sete e meia, antes da missa conventual das oito horas, as ruas eram desertas ainda. Eis que os fanáticos Domingos do Rosário, o africano fôrro Antônio Mota, o crioulo Elias Coelho, esquadrinharam-se pela Ladeira do Frade, penetraram sorrateiramente na Capela de São Francisco e furtaram a imagem cobiçada. Em corrida pudente pelos Pelames e Largo da Conceição alcançaram a igreja do Rosário, onde os sinos

deram em desafiar o foguetório pelo regozijo da empreitada. A festa entonteceu os ânimos da facção cindida da Irmandade. Elegeu-se uma guarda de honra para vigiar a imagem furtada. As duas facções desavieram-se de modo formal. Do bate-boca acalorado e dos recados atrevidos passaram às vias de fato inúmeras vezes.

O que se percebe a partir de então na província seria a fusão dos elementos de cunho religioso e político, pois em meio às discussões sabe-se que os irmãos do Rosário apelidaram de “Rusgientos” e “Caramurus” os irmãos do Convento, fazendo menção ao “Partido” existente na Corte. Posteriormente os participantes adeptos ao Convento de São Francisco rebateram as acusações, já que entenderam que o motivo do nome caramuru estivesse ligado às características do peixe deste mesmo nome, chamaram então seus inimigos e opositores de peroás, um peixe desvalorizado para os capixabas, sendo este apelido associado aos *liberais*, já que o grupo era um contraponto aos *caramurus*, ou seja, os conservadores da província.

No entanto, pode se dizer que as divergências políticas e as disputas que envolviam o cenário político da província neste momento ainda se davam entre os chamados “grupos”, pois como evidencia José Murilo de Carvalho, somente após 1837 se pode utilizar a expressão “partidos políticos” para o caso brasileiro (1995:199). Todavia, o advento das Assembléias Provinciais destacou-se como um espaço valioso para abrigar o debate político, além de representar uma nova fase permeada por maior autonomia constitucional das províncias e pelo desenvolvimento das agremiações locais.

Inicialmente, criadas pelo Ato Adicional em 1834³, as Assembléias Legislativas Provinciais demonstram-se de suma importância, pois percebemos que mesmo em esferas administrativas, as províncias ampliam consideravelmente seu poder de decisão, extinguindo o então Conselho Geral Provincial, órgão que não possuía autonomia para promulgar leis tendo seus trabalhos resumidos a receber reivindicações e elaborar proposta de leis para serem enviadas à Câmara dos Deputados.

Assim sendo, o órgão legislativo da província tornou-se aos poucos o ponto para onde convergiam os interesses locais, as demandas do povo capixaba, além das disputas políticas. Neste sentido, após a segunda metade do século XIX é neste recinto que percebe-se uma melhor delimitação das forças atuantes e das divisões partidárias existentes. O presente estudo também enseja destacar um novo modo de se fazer política na província do Espírito Santo a partir da segunda metade do século, pois a partir de

1860 percebemos tanto um melhoramento da estrutura parlamentar, quanto do engajamento dos próprios deputados Provinciais, sobretudo a presença marcante dos liberais. As evidências são relatadas por autores capixabas:

Parece que o silêncio herdado dos antigos Conselheiros de Estado – “acostumados a baixar a cabeça e trabalhar”- dá lugar à fala para convencer, esclarecer ou externar posições divergentes. São freqüentes os pedidos para fazer constar em ata os votos “contra”. [...] Observa-se ainda o uso do conhecimento das sutilezas do Regimento Interno para desenvolver as matreirices dos bem informados com o fim de atrasar, bloquear ou agilizar o processo da ação legislativo (Bichara, 1985:179).

Convém salientar que, a partir das modificações ocorridas no âmbito parlamentar local, começam então a se tornarem nítidas as divisões e o envolvimento de personagens inseridas na composição destas facções políticas, tem-se também no debate político a inserção de uma série de denúncias e acusações direcionadas aos partidos da província, que da trajetória de *peroás* e *caramurus* iniciada no início do século, surgem com maior definição os *liberais* e *conservadores* na província do Espírito Santo.

As eleições na província: momentos de perturbação da ordem pública

Acerca de tais conflitos, o presente estudo almeja também salientar os momentos conturbados em que ocorriam os conflitos entre tais agremiações, como por exemplo, as eleições no Espírito Santo no período Imperial, a partir de episódios relatados pelos deputados provinciais demonstrados como repletos de violência e tumultos na província. Da mesma forma, a discussão acerca das eleições no Império nos insere em um debate de maior amplitude, pois trás à luz da pesquisa a discussão sobre o conceito de cidadania em meio ao século XIX.

De acordo com Carvalho (1995) constituição de 1824 teria sido ampla quanto à definição do alcance dos direitos políticos. Nas eleições primárias os votantes eram homens maiores de 25 anos, possuindo renda que equivalesse a cem mil-réis, já nas eleições secundárias o eleitorado tendia a diminuir, posto que a exigência era que se tivesse uma renda de duzentos mil-réis. Além disso, não existia dentre os votantes a exigência de alfabetização.

Ao longo do Império algumas reformas eleitorais foram introduzidas, todavia, a exigência de renda não teria aumentado drasticamente, pois havia o interesse de se permitir que uma grande quantidade de pessoas pudessem ir às urnas. As eleições se realizavam dentro das igrejas e quase sempre se tinha uma cerimônia religiosa realizada antes o ato. Contudo, embora tal recinto remetesse a um clima de calma e serenidade, as eleições durante o Império não foram momentos de tranquilidade, tão pouco a colocação das igrejas como locais de votação tornava os ânimos de *liberais* e *conservadores* menos agitados.

Dessa forma, a disputa por um maior eleitorado tomava conta dos momentos precedentes às votações nas províncias, em que *conservadores* e *liberais* passam a denunciar a ocorrência de arbitrariedades para vencer as eleições a todo custo. Os episódios escapavam do controle das elites políticas, cabendo então às autoridades públicas a tentativa de repreender grupos populares que eram mobilizados pelos partidos da época.

Na província do Espírito Santo a situação não era diferente, pois a cada eleição vislumbra-se uma série de tumultos diante das urnas ou em momentos que precediam as eleições. Assim, não era raro o fato de uma votação terminar em pancadaria, desordens e até mesmo mortes, além de prisões com motivos um tanto quanto suspeitos diante dos conflitos partidários ali existentes.

Estes fatos quase sempre são relatados pelos Anais do legislativo capixaba, que constantemente levantam a voz para denunciar as irregularidades ocorridas nas eleições provinciais. Cabe salientar que, as denúncias se tornavam mais acirradas quando se relacionava à derrota de um dos partidos existentes dentro do recinto parlamentar. Terezinha Bichara (1985: 219), evidencia tal situação citando como exemplo, as irregularidades que se sucederam na Câmara Municipal de Guarapari. A seguir algumas informações contidas na ata eleitoral do ano de 1859 que atestavam irregularidades no momento em que os capixabas foram às urnas:

Que se aceitaram votos em favor do tenente da Guarda Nacional Joaquim Marcelino da Silva, que era filho-família e menor de 21 anos e que não se achava qualificado como votante.

Que as cédulas não foram recebidas em urnas, mas sim pelo secretário.

Que não se fez a chamada dos eleitores para concorrerem e entregarem suas listas.

A autora ainda destaca os conflitos que repercutiram as eleições de 1863 na Província do Espírito Santo, pois algumas atitudes tomadas pelo Presidente da Província André Augusto Fleury tornaram-se motivo de críticas no meio parlamentar, além de suscitar uma divisão de opiniões entre os deputados. Nas palavras do Deputado Rafael Pereira Carvalho:

Ao mesmo Exm^o. Sr. A guarda de tropa de linha armada e municada para ficar postada na porta da Igreja Matriz desta Capital, no dia 9 de Agosto, e por ordem de quem foram fechadas todas as portas internas e externas, ficando aberta a principal. Por ordens de quem a referida força entrou pela dita Igreja a marche-marche, e de baionetas caladas, quando se deu um tumulto por ocasião da primeira chamada de votantes (Ata da sessão do dia 9 de novembro de 1869).

Alguns dias após as eleições ocorrem ainda outras turbulências, pois muitos empregados foram exonerados de seus cargos, professores são removidos e alguns funcionários da Secretaria do Governo foram demitidos⁴, o motivo era a posição contrária que tinham diante do Presidente. Estes mecanismos eram utilizados no Império tanto por liberais, quanto pelos conservadores, fazendo com que a cada nova situação política fosse acompanhada da derrubada de empregados públicos, chefes de polícia, oficiais da Guarda ou ainda de delegados (Carvalho, 1995).

Outro episódio de grande repercussão na Assembléia Legislativa Provincial foram as eleições de 7 de setembro de 1868. Nesta época a província encontra-se politicamente conturbada, pois em julho deste mesmo ano, o Gabinete Progressista liderado por Zacarias de Góes foi retirado do poder, e em seu lugar o Imperador nomeia um gabinete conservador. Como salienta José Murilo de Carvalho⁵, após a subida dos conservadores foi fundado o Centro Liberal, formado pelos liberais históricos e pelos progressistas, os quais divulgaram diversos artigos também denunciando o uso de violência pelo governo nas eleições municipais de 7 de setembro.

A visão do partido Liberal da província parecia reafirmar as idéias do Centro, e a volta dos conservadores ao poder significava a afirmação de todos ideais contrários às doutrinas proferidas pela agremiação. Em nome de tais dissidências políticas, os anais da Assembléia Provincial denunciam fatos como prisões de alguns indivíduos sem

motivação concreta, sendo quase sempre efetuadas contra membros do partido Liberal ou pessoas que possuíam alguma ligação com o grupo.⁶

A análise do debate ocorrido na Assembléia Provincial revela também episódios de cunho mais violento, mortes e diversas de outras acusações que parecem vir à tona neste momento de agitação política, fazendo com que houvesse uma radicalização no discurso do partido. Em vários momentos os parlamentares atestam os episódios acima relatados, colocando alguns nomes do partido Conservador como acusados de terem praticado tais crimes. O período é compreendido pelos membros do partido Liberal como uma “época anormal”, em que os Liberais são tidos como “moicanos rebeldes”, anunciando a iminência do retorno do domínio conservador.⁷

A repercussão dos fatos políticos desta quadra também são atestados em demais Assembléias Provinciais, sobretudo na Assembléia do Rio de Janeiro, onde as dissidências do Partido Liberal são deixadas de lado, iniciando um longo debate acerca da renovação conservadora (Gouvêa, 2008:199).

Todavia, o fato que para os liberais de todo o Império representava o mais terrível golpe, para os deputados da Província do Espírito Santo acarretaria uma revolta sentida de uma forma talvez um pouco mais intensa, já que o recinto parlamentar contava com absoluta maioria do partido Liberal, legisladores que tinham como Presidente da Província naquele momento, Luiz Antônio Fernandes Pinheiro, um conservador.

A Assembléia Legislativa Provincial: o palco dos conflitos

A partir do levantamento feito nos documentos oficiais, o discurso parlamentar demonstra que a batalha no Paço da Assembléia Provincial foi de fato fervorosa, os ataques ao presidente de província e as denúncias que explicitavam perseguição por parte dos conservadores foram constantes, pois durante toda a legislatura, Fernandes Pinheiro e o partido Conservador foram os maiores alvos dos debates políticos. No discurso de 12 de Novembro de 1868, os deputados liberais acusam o presidente da província de nomear uma comissão designada para acompanhar os indivíduos que vinham sofrendo com a epidemia de *bexigas* (varíola), apenas como meio de desvio de dinheiro público e como meio de interferência política diante da proximidade das eleições que ocorreram em 7 de setembro daquele ano.

A desconfiança dos parlamentares se baseia nos nomes que integram tal comissão, quais sejam: o presidente da Câmara Municipal de Cachoeiro, o delegado Chavantes, membro de peso do Partido Conservador naquela região, além do Dr. Candido Joaquim da Silva:

Até aqui Sr. Presidente, vae bem, apenas em uma comissão em que devia predominar o elemento médico, elle coloca o elemento político, como si os bexigentos podessem levantar-se no dia 7 para pagarem com um voto a gratidão a que tinha direito a alminha caridosa e humanitária do presidente da câmara; vae ainda optimamente o Sr. Fernandes Pinheiro collocando nesta commissão o delegado de polícia porque elle no caráter de membro de uma commissão de caridade podia entrar com” pés de lã” na casa dos votantes e arranjar-lhes os votos. [...] Ora, senhores, eu quero que me respondão: na quadra do despotismo em que estamos, o mandar um presidente de província que fosse membro de uma commissão de salubridade pública, o presidente da câmara, que é influênciã política na localidade, o delegado de polícia, bacharel Chavantes, que só se ocupa actualmente de política, autorizar este indivíduo na tarde de 6 de Setembro a que despendesse por conta dos cofres públicos a quantia necessária para sanar os sofrimentos dos pobres, o que quer dizer, senhores? (Anais, 1868: 214)

Ainda no mesmo discurso, o delegado Chavantes é acusado de ser o chefe de uma quadrilha política juntamente com o comandante da guerrilha do Itapemirim, que outrora fora nomeado pelo referido delegado. Percebe-se que durante a análise do discurso político, de uma forma ou de outra, falando-se de instrução pública, da criação de hospital ou de demais obras públicas, o administrador da província podia ser encontrado nos discursos dos liberais como causador de todos os problemas. Na eloquência de nossos deputados provinciais ouve-se o freqüente clamor do Partido Liberal:

[...] As vozes harmoniosas que ouvem, são os hynnos que se entoão, são os belos cantos que a sereia sentada na cadeira do poder, desprendendo para embalar as victimas incautas, mas todos os dias, todas as horas, todos os momentos, o *povo* vê seus irmãos, nossos *cidadãos* entrarem nesta cidade algemados, amarrados com grossa corda, caminharem illuminados por este sol do Ipyranga, que iluminou os dias de *liberdade* deste solo que soube inspirar grandes idéias aos filhos dos trópicos, para serem encerrados em fétidas masmorras (Anais, 1870: 172).

Outros elementos relacionados às desordens que envolviam as eleições na província capixaba podem ser ressaltados a partir da análise de medidas e votações

envolvidas nos projetos de deputados do partido liberal, as quais extinguíam alguns meios de repressão política na visão dos legisladores.

Assim, o clima político que envolvia todo o país com o retorno dos conservadores ao poder, faz com que os liberais capixabas vislumbrem a guerrilha de Itapemirim, que outrora havia sido criada por um deputado liberal, S. Pires de Amorim para a captura de escravos, tornando-se neste momento uma grande ameaça e um meio eficaz de coerção eleitoral naquela localidade.

Cabe assim evidenciar, que, o mesmo deputado supracitado será o autor do projeto de extinção da guerrilha, e juntamente com outro liberal extremado, Dr. Clímaco Barbosa, convencem os demais deputados da emergência em se extirpar tal elemento dentro da província do Espírito Santo:

Sr. Clímaco Barbosa: Sr. Presidente, tenho o prazer de, nesta ocasião, declarar à casa que estou inteiramente convencido de que razões muito poderosas devem atuar no espírito de todos nós para não deixar-se que continue no Itapemirim a existir uma guerrilha. Eu, apropriando-me das considerações expedidas pelo criador da guerrilha, que hoje pediu a palavra e apresentou um projeto para que ela seja extinta, tenho também convicções próprias.

Já o disse, antes mesmo de ter regulamento, a guerrilha fez recolher à casa de seus senhores, grande número de escravos.

Estávamos todos nós neste pé de contentamento, estávamos todos fruindo bons resultados que a guerrilha nos começara a dar, quando o inqualificável ato de 16 de julho de 1868 veio pôr em circunstâncias que iam mudar todas as cenas. A injustiça, a moderação e a moralidade que devem presidir todos os atos das autoridades constituídas foram postas de lado e em seu lugar apareceu o arbítrio, apareceu a mascarada, apareceu a desfaçatez como condições da nova existência começada (Anais, 1868: 95).

Era como se a província vivesse num clima de guerra e perseguição por parte do executivo local. Os discursos acerca da desmoralização sofrida pelos liberais capixabas são ocorrências que também nos remetem às discussões acerca da defesa da idéias de descentralização de poder, característica marcante do referido grupo político e tema de forte debate durante todo o Império (Ferreira, 1999).

A guerrilha do Itapemirim teria se tornado representação de perigo após os acontecimentos políticos em nível nacional, fazendo com que a volta dos conservadores ao poder na província, transformasse este projeto dos liberais em uma espécie de arma

contra si próprios. A referida guerrilha já não seria, segundo os deputados, um elemento de manutenção de ordem, mas sim um meio de ação política irregular das forças conservadores locais.

No embate entre a Assembléia e o Executivo, a decisão de maior peso dos deputados liberais foi a aprovação da propositura que determinava a extinção do corpo de polícia. Os debates foram calorosos, e apenas um dos deputados, o Sr. Mello e Carvalho, não concorda totalmente com a extinção, pois pensa que a província ficaria assim desprovida de segurança. Contudo, havia emergência em se aprovar o projeto:

[...] Peço, porém, a atenção da casa para uma circunstância que passo a assinalar. Infelizmente para nós Sr. Presidente, infelizmente para a Província é uma triste e dolorosa verdade que a força com que se arma a administração pública nesta quadra infeliz em que a reação para reerguer um partido que se encontrava por demais desmoralizado e perdido na opinião do paiz se ostenta sob as verdadeiras formas de perseguição política.

Não será senhores, um elemento para a manutenção da ordem e para a garantia da lei, será antes, Senhor Presidente, eu o sei, eu o compreendo e confesso porque, senhores, a verdade dos fatos está aí, e ninguém será capaz de obscurecê-la, um agente de repetidas e calculadas provocações para satisfazer caprichos das autoridades, que se comprassem, Sr. Presidente, em perturbar o sossego e a tranqüilidade dos cidadãos pacíficos, desde que se conservem firmes às tradições do partido decaído (Anais, 1868: 174).

Acerca do exercício da autonomia das províncias, era facultado às Assembléias Provinciais a nomeação de empregados e também a competência de criar, extinguir e modificar empregos. Desta forma, a decisão sobre os empregos traduzia-se numa forma de estratégia política, como também “uma poderosa moeda de troca no jogo clientelista e constituíam peça fundamental na cooptação de grupos locais” (Dolhnikoff, 2005:191).

Entretanto, torna-se curioso o fato de que se a força policial era mantida pelas rendas provinciais, tendo seu projeto de organização votado pela Assembléia, continuava mesmo assim representando uma espécie de oposição aos deputados e um inimigo com urgente necessidade de ser exterminado. A discussão sobre a força policial na Assembléia Provincial do Espírito Santo gerou um conflito que perdurou por algum tempo, visto que o presidente não sancionou o projeto de lei, devolvendo-o ao Legislativo, que o reenviou ao Executivo, sendo que este último recorreu à Assembléia Geral para julgar os fatos.

Todavia, por essas e outras circunstâncias, as acusações feitas ao Presidente da província não eram ténues, pois há entre os deputados um grande medo acerca da perseguição que dizem sofrer por parte desta autoridade. Durante esta legislatura, os deputados remontam sempre o episódio das eleições de setembro como o momento em que a liberdade de voto foi retirada dos cidadãos, pois sob o comando do Presidente da província ocorreram mortes, prisões desmotivadas e graves ameaças.

Em meio ao debate ocorrido na Assembléia Provincial em 1868, o Deputado Clímaco Barbosa usa de ironia para relatar a “liberdade de voto” que estava presente na Província do Espírito Santo. Segundo o parlamentar, as palavras contidas no relatório do presidente de província acerca das eleições e da liberdade de voto com a qual contaram os eleitores, não passariam de uma completa dissimulação:

Clímaco Barbosa: Liberdade de voto, quando o presidente da província dava ordens a guardas nacionais para fazerem tudo em benefício da conquista cujas glórias que queria ter!

Correia de Jesus: E mandava armas para Vianna para assassinar cidadãos!

Clímaco Barbosa: Liberdade de voto, Sr. Presidente, quando apareceram guardas nacionais fardados, sem que o poder competente autorizasse! Liberdade de voto quando o próprio comandante superior da Guarda Nacional é desrespeitado na matriz desta capital. Liberdade de voto, senhores, quando um dos mesários teve erguido sobre o peito o punhal. [...] Será liberdade de voto, quando em Benevente um indivíduo suplente de eleitor, sargento da Guarda Nacional, é arrastado pelas ruas públicas, algemado e dado à contemplação de seus adversários? A Liberdade de voto que tem o cidadão prudente de não se apresentar na ponta das bayonetas da polícia para não tingi-las de seu sangue? Liberdade de voto é por certo uma coisa mais nobre, mais sagrada, e não essa tragédia infernal, essa comédia desgraçada que todos acabamos de presenciar (Anais, 1868:168).

A presente discussão se prolonga dentro da Assembléia Provincial, onde usando sempre de ironia, os deputados contestam o relatório de Fernandes Pinheiro acerca do caráter tranquilo e passivo da província do Espírito Santo durante o período das eleições. Durante as falas dos deputados provinciais acerca do relatório supracitado, é possível perceber inúmeras denúncias e episódios que não são mencionados em toda a historiografia capixaba que evidencia o século XIX. As denúncias vão desde a compra

de armas e formação de quadrilha para atacar membros do Partido Liberal e até mesmo o uso de armas por parte do povo contra a Força Policial da província.

Outro episódio também relatado nos anais seria uma concentração de votantes na fazenda do chefe do partido Conservador dez dias antes das eleições, onde o delegado de polícia do Itapemirim teria angariado votos a favor do referido partido, fazendo grandes ameaças caso o acordo não fosse cumprido. Os deputados liberais salientam a partir de suas falas não só a falta da liberdade de voto, mas também evidenciam a situação vivida pela província como a “escravidão do voto”.

O Partido Liberal e a busca pela liberdade

Desta forma, analisar as práticas políticas que se evidenciavam na província do Espírito Santo no período oitocentista nos leva a ressaltar conceitos como cidadania e liberdade. Os relatos salientados neste estudo demonstram uma pequena parcela do que se debatia na província na segunda metade do século, utilizando o caso das eleições e os tumultos que geravam para identificar as formas de contestação utilizadas pelos que se sentiam alijados do poder no referido período. O conflito nas ruas e a presença do povo no embate entre os dois partidos também mostra-se como uma participação política ainda não evidenciada dentro da história capixaba.

Todavia, faz-se importante destacar que, as denúncias tecidas pelo Partido Liberal se inserem neste contexto de exclusão, no qual o grupo sentia-se como uma minoria política perseguida não só em âmbito local, mas também confirmando a situação do partido em nível nacional. Desta forma, é necessário analisar até que ponto seriam inteiramente verídicos os episódios relatados pelos deputados, que naquele momento ainda possuíam voz, posto que a partir de 1870 o domínio da cena política capixaba pertenceria ao conservadores.

A situação política do Império e as discussões que se vislumbra a partir de 1860, se colocam como o cenário em que ocorre uma radicalização no debate político, a emergência de novas idéias e dissidências partidárias, culminando ainda em conferências propaladas na Corte, as quais envolviam os chamados *Liberals Radicais* (Carvalho, 2007:18). Como assinala ainda o autor, a Conciliação impactou o campo do

debate político, fazendo da década de 1860 a mais rica do Império no que se refere à produção de textos políticos, fossem eles conservadores, reformistas ou radicais.

Durante esta nova fase, uma forte característica do grupo liberal traduzia-se em sua ocupação com a discussão das demandas sociais, medidas que anteriormente só foram debatidas pelo grupo dos *Exaltados* na primeira metade do século. Confirmando esta perspectiva, os documentos da Assembléia Provincial capixaba demonstram a emergência das mesmas idéias e mesmas preocupações.

Alguns estudos anteriores⁸ corroboram para tal assertiva, pois buscando conceitos como liberdade, nação e cidadania inseridas nas discussões do meio parlamentar, pode-se afirmar que o debate acerca da abolição do elemento servil foi um dos grandes debates que ocorreram em meio a Assembléia Legislativa provincial do Espírito Santo e que até mesmo, dividiu a opinião partidária. A preocupação com o “cancro da nação” fazia parte do pensamento de alguns deputados, sobretudo do Partido Liberal. Podemos afirmar tal informação ao analisarmos passagens como esta, o projeto de Lei nº7 :

[...] O Deputado Clímaco Barbosa justifica e manda a mesa um projeto autorizando o Senhor Presidente da Província a despender anualmente 12.000 contos de réis com a alforria de escravos de sexo feminino de 10 a 15 anos de idade, o qual é julgado urgente (Ata da sessão do dia 16 de Outubro de 1869).

Tal projeto foi discutido por alguns dias, quando então o Deputado Muniz Freyre relata durante a sessão optar por formar uma comissão de três membros para que o projeto de Lei fosse analisado da melhor forma. Participaram desta comissão o próprio Muniz Freyre, o Sr. Merlo e Cunha e o Sr. Alpheu Monjardim, todos pertencentes ao Partido Liberal.

A partir das informações coletadas nas atas, torna-se possível afirmar também que muitos projetos de lei que visavam alforrias de escravos foram criadas em anos bem anteriores à própria abolição da escravatura (1888), o que nos revela o caráter de real participação nesta questão por parte dos parlamentares capixabas, sobretudo dos liberais, posto que ainda não se vislumbrasse neste momento as forças do movimento abolicionista atrelado às idéias republicanas, o que será visto mais claramente nos momentos finais do Império.

Um exemplo que ilustra esta idéia seria a votação da Lei nº. 25 de 4 de Dezembro de 1869, que concedia liberdade a escravos de sexo feminino de 5 a 10 anos de idade.

Esta lei foi sancionada pelo então Presidente da Província do Espírito Santo, Antônio Paes Leme:

Art. 1º O Presidente da Província fica autorizado a despender anualmente a quantia de seis contos de réis (6:000\$000) com alforria de escravos do sexo feminino de cinco a dez anos de idade.

Art. 2º O preço de cada alforria não poderá exceder de seiscentos mil réis (600\$000).

Art. 3º Até o dia sete de setembro os possuidores ou protetores dos escravos que pretenderem o favor da presente lei, apresentarão ao presidente da província petições documentadas com certidões de idade e atestado de saúde declarando-se na mesma petição.

Art. 4º Recebidas as referidas petições no artigo antecedente, o presidente nomeará uma comissão de cinco membros para em quinze dias dar parecer sobre as ditas petições indicando quais os petionários devem merecer a preferência.

Art. 5º A preferência será fundada no menor preço relativo de cada alforria, ou seja, este devido a filantropia dos possuidores, ou qualquer auxilio prestado pelos protetores.

Art. 6º Se o valor dos escravos que se acharem em circunstâncias idênticas de preferência, for maior do que a quantia votada a sorte designará os que nesse ano serão alforriados.

Art. 7º As respectivas cartas de liberdade serão entregues as beneficiadas no dia da abertura das sessões ordinárias da Assembléia Provincial.

Art. 8º No regulamento que o presidente da província expedir pra boa execução desta lei determinará o destino que se dará as alforriadas.

Art. 9º Ficam revogadas as disposições em contrário (*Apud* Bichara: 167).

Numa discussão muito intima entre a questão da educação e as alforrias concedidas na Província, encontrou-se também em meio aos documentos pertencentes a este recorte temporal, a criação de escolas noturnas no Decreto de 1869, em que se

podem ser percebidos os princípios da elite intelectual visando a educação das camadas populares, inclusive os libertos.

Sobre estas medidas, torna-se pertinente citar a opinião de Aldaíres França (2006), evidenciando que a proposta dos deputados acerca da criação das aulas noturnas para as camadas populares pudesse pretender a normalização e a ordem, além de estabelecer o controle social, inclusive e principalmente sobre os trabalhadores negros recém libertos.

Assim sendo, o discurso parlamentar acentua uma linguagem política que evidencia o clamor originado pela busca de direitos e liberdade, mesmo que fosse simplesmente a tão sonhada *liberdade de voto* da qual nos fala o partido Liberal. Tal fato nos permite afirmar a Assembléia Provincial capixaba como local para onde se dirigiam os anseios agregados ao conceito de cidadania, além dos acirrados conflitos partidários, que na maioria das vezes originavam-se em espaços informais de discussão. Neste sentido, cabe também destacar um forte espaço de discussão política que adentra a paisagem local, alimentando os debates dentro do cenário legislativo provincial: os jornais do período.

A imprensa capixaba tornou-se canalizadora de demandas políticas, conduzindo as retaliações aos dois partidos existentes e, por vezes, evidenciando as tensões dentro do próprio grupo dos liberais capixabas. Nas palavras do memorialista capixaba Teixeira de Oliveira:

A partir de 1860 a imprensa torna-se quase exclusivamente política; é nessa quadra que surgem A Liga, em 8 de Abril; o Indagador, em treze de junho; O Marimbondo, em onze de Agosto; O Provinciano, em sete de setembro e O Pica-Pau, em vinte e seis de setembro, todos em 1860.[...] Foi a época das polêmicas insidiosas e das retaliações partidárias extremadas, apenas suavizadas pelas sátiras espirituosas da Batista Pires e pelas crônicas humorísticas de Ferreira das Neves (*idem* :330).

Assim, a década de 1860, período que abarca a maioria dos relatos de eleições e as agitações aqui mencionadas, não fora somente um período de recomposição de forças partidárias em âmbito nacional. Tal momento faz-se de suma importância para o entendimento do Espírito Santo em meio ao sistema imperial, bem como uma maior delimitação das forças políticas atuantes na província. A marginalização política do grupo dos liberais e a volta da liderança dos conservadores não só fizeram com que emergisse na Assembléia Provincial do Espírito Santo uma radicalização no discurso parlamentar do Partido Liberal, como também despertou a imprensa política na província.

Todavia, as mudanças ocorridas em meio à década de sessenta, tanto a Assembléia Provincial, quanto os periódicos que movimentaram o debate político capixaba no século XIX, nos demonstram características importantes sobre esse novo período vivido pelo Império. Assim como Ângela Alonso (2002) nos indica, naquele momento as idéias estavam em movimento, salientando o contexto sociológico da chamada “geração de 70”, que posteriormente seria marcada pela indistinção entre intelectuais e políticos, sendo responsável pela elaboração de um arcabouço de novos conceitos que serão utilizados como meios de expressão diante da crise imperial.

Portanto, acerca dos relatos sobreditos torna-se clara a situação de euforia e violência que permeava a ida às urnas na província, as confusões envolviam o corpo policial tanto na coerção das atitudes como também muitas vezes o inseria nas disputas políticas, sendo um mecanismo utilizado pelo Presidente da província para ganhar as eleições para o partido que estava no poder na Corte. De maneira muito similar ao restante do Império, a província do Espírito Santo também via nas eleições um momento crucial para que os aliados locais auxiliassem na subida de seus respectivos partidos ao poder.

As eleições e as agitações causadas por estes episódios tiveram como seus maiores interlocutores o próprio espaço da Assembléia Provincial, como também a imprensa política efervescente do período. Portanto, posteriormente faz-se também necessário levantar dados que corroborem as opiniões suscitadas no legislativo, ou que ao contrário, nos demonstrem uma situação adversa aos relatos mencionados.

A transformação dos espaços públicos de discussão política, assim como evidencia Marco Morel (2003), também nos auxilia a demarcar esta nova fase da política capixaba, em que os debates parlamentares que contestavam a “ordem conservadora” e discussões ocorridas na imprensa levavam à “rua” o debate entre liberais e conservadores da província, assim como outras discussões políticas que ocorriam no Império.

Assim, torna-se imprescindível verificar a participação dos jornais e da Assembléia, e a maneira como o espaço da “rua” é inserido neste novo contexto como lugar de ação e debate políticos, buscando também a ocorrência de manifestações populares, mediante a crise que já estremecia os pilares do Império brasileiro em finais da década de 1860. Os elementos acima fazem-se ainda esclarecedores na verificação do alcance que tais periódicos atingiram dentro dos espaços de sociabilidade do Espírito

Santo oitocentista, além de permitir a coleta de dados sobre a recepção de novas idéias, liberais e republicanas, dentro da província.

Liberais e a retórica da perseguição

Quando se elenca a diversidade de idéias propostas pelo Partido Liberal, seja com a reforma da instrução pública; o próprio apoio às alforrias ou ainda por medidas em prol da saúde pública local e as denúncias de irregularidades durante as eleições, de fato percebe-se um grupo político cuja cultura política ainda em formação, calcava-se em práticas políticas e defesas de ideais que não podem ser generalizados, mas que de certa forma nos auxilia a delinear os traços comuns entre os membros do partido e suas maiores preocupações.

Desta forma, torna-se notório que não se tratava de um grupo político homogêneo e defensor de idéias sempre iguais. As diferenças podem ser acompanhadas pelas próprias legislaturas, e ainda pelo contexto no qual o grupo político dos liberais se inseria. Como já citado, grandes divergências com o Presidente da Província ocorreram no momento em que o grupo se fazia maioria dentro do Legislativo capixaba, posto que o chefe do executivo fosse então do partido oposto.

Em momentos em que o Presidente da Província professava os mesmos preceitos dos liberais, os embates quase não eram sentidos, além de muitas vezes se ouvir até elogios ao executivo, que da mesma forma, ainda era nomeado pelo Imperador. Ou seja, este fato nos insere em uma discussão acerca de até que ponto nossos liberais eram de fato contra as medidas centralizadoras e a favor de uma maior autonomia local.

O que também se pode evidenciar diante das atitudes dos liberais capixabas no século XIX é a busca por origens anteriores, não somente remontando períodos como a Independência e os conflitos da Regência lembrados como sendo menções honrosas de liberais, como também citando autores estrangeiros e exemplos também externos ao Império brasileiro para dar fundamento às idéias que pretendiam defender. A seguir, as palavras do deputado liberal Correia de Jesus:

Ontem, Senhores, com tristeza nós víamos lançando os olhos para o antigo mundo, e principalmente para a velha Europa, Império das tradições de luz, os Liberais, esses denodados campeões continuadores da grande época de 1789 arrastados de cárcere em cárcere, atirados nas plagas inóspitas do exílio, subindo com passo tranqüilo, os olhos voltados para o céu, as escadas do patíbulo, encarando com coragem o

algoz e entregando a sua cabeça a esses poderes humanos que tinham se constituído juízes, que ontem festejavam por eles *a soberania do povo*.

Senhores, ainda ontem olhava-se para o território da Hespanha, e o que é que se via? Os Liberais, os velhos soldados cicatrizados nos campos das batalhas, encanecidos estadistas, aqueles finalmente, que plantaram naquele solo as grandes idéias modernas perseguidos, fuzilados, para satisfazer os caprichos da rainha hespanhola! Ela ouvia os gritos das vítimas com o sorriso nos lábios (Anais, 1869:176).

Analisando os discursos proferidos pelos deputados provinciais, percebemos a freqüente utilização de metáforas, comparações e citações de casos que dão vida a saga do Partido Liberal. Nota-se que o próprio conceito de “liberdade” torna-se freqüentemente empregado para dar voz à pretensão do partido, trazendo à luz outras referências como o polêmico conceito de “liberalismo” e suas aplicações no âmbito político brasileiro do século XIX.

Outro termo muito utilizado entre os deputados do partido com a finalidade de comparação e resgate de origens e de idéias foi o episódio da Revolução Francesa. O contexto da revolução era sempre lembrado, os percalços pelos quais passaram seus defensores, suscitavam no seio liberal um sentimento de que militavam e comungavam dos mesmos ideais e da mesma coragem (Anais, 1868: 237).

A freqüência de termos como “nação”, “cidadãos” e “tirania” também pode ser evidenciada em meio aos Anais do legislativo capixaba, posto que o termo “tirania” quase sempre se referia ao Presidente de província. O Partido Liberal também fazia uso assíduo do termo “futuro”, mostrando-se como uma agremiação de idéias novas, uma nova geração propagadora de um tempo de progresso.

A inquietação dos liberais perante os problemas que aconteciam e dos embates contra a ala conservadora da província faziam com que seus discursos merecessem cada vez mais profundidade e recepção por parte de quem os ouvia. O grupo Liberal sentia-se cada vez mais distante do poder, embora estivesse ocupando a Assembléia Provincial, o que fazia com que se manifestassem com longos discursos, repletos de analogias. Os deputados buscavam em autores franceses, alemães e outros, as bases da retórica que contestava o alijamento político.

Ademais, quando se procurava o fator desencadeador de crise dentro da província, o partido também freqüentemente era acusado até mesmo como o verdadeiro culpado da má situação financeira pela qual passavam. A afirmação pode ser ilustrada tomando

como exemplo as dificuldades pelas quais a província passava na década de 1880, posto que a comissão de orçamento era formada por deputados do Partido Liberal como João Aguirre, Muniz Freire e Emilio Coutinho.

Neste sentido, o deputado da ala dos conservadores José Cesário, não demora a afirmar as “verdadeiras” causas da crise: “É o partido dos esbanjamentos e com suas hipócritas lamúrias, quando na oposição, engana o povo, prometendo economias e censurando os conservadores que, quando sobem, encontram-se apertados para reparar os seus estragos (Anais, 1870: 318).

Durante sua história local, o Partido Liberal dominou a província por várias vezes, compreendendo um período maior desde 1878 até 1885, ano em que os conservadores ocuparam o poder. Em 1882, as divergências dentro do próprio partido já eram ainda mais evidentes, posto que as idéias republicanas já permeassem a província.

Todavia, a importância do partido e da atuação dos liberais em território capixaba merece destaque com suas práticas políticas muitas vezes inovadoras e que auxiliaram desta forma a conduzir a política capixaba no período oitocentista, contribuindo não só para o engajamento da província em meio a todo o funcionamento do sistema imperial, como também na transformação e transição para uma política mais dinâmica e participante dos debates que eram divulgados neste período.

O discurso político atesta que os liberais da província sempre esperaram por um futuro próspero, por uma verdade que a qualquer momento viria a se revelar. Desta forma, o destaque para a fala de um dos membros e defensor do partido, torna evidente os sonhos e os desejos de um grupo político capixaba que sempre se autodenominou “perseguido”:

Saiba que nós, representantes deste partido perseguido, deste partido ultrajado, não temos os olhos voltados para o *presente*. Dele nada queremos. Temos os olhos voltados para o *futuro*. Porque o futuro é das grandes idéias, e as grandes idéias são a realização do pensamento divino sobre a face da terra (Anais, 1870: 200).

Referências

Fontes manuscritas

Acervo de Memória da Assembléia Provincial

ESPÍRITO SANTO. Assembléia Legislativa. *Atas*;... 1869-1888.

Fontes Impressas

Acervo de Memória da Assembléia Provincial

ESPÍRITO SANTO. Assembléia Legislativa. *Anais da Assembléia Legislativa Provincial do Espírito Santo*.

ESPÍRITO SANTO – Arquivo Público Estadual. *Relatório do Presidente de Província Luiz Antônio Fernandes Pinheiro na Abertura da Assembléia Legislativa Provincial de 1869*.

Obras completas

ALONSO, Ângela. *Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BASILE, Marcello Otávio. *Ezequiel Corrêa dos Santos: Um Jacobino na Corte Imperial*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

_____. *O Império em construção: projetos de Brasil e ação política na Corte regencial*. Rio de Janeiro: PPGHIS-UFRJ. Mimeo., 2004.

BICHARA, Terezinha Tristão. *História do Poder Legislativo do Espírito Santo 1835-1889*. Vitória: Leoprint, 1985.

CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem/ O Teatro de Sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. *Cidadania: o longo caminho*. Editora: Civilização Brasileira, Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

_____. In: Lisboa, João Francisco. *Jornal de Timon: partidos e eleições no Maranhão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. *Nação e cidadania no Império: Novos Horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CLÁUDIO, Affonso. *História da literatura Espírito Santense: subsídios para a história da literatura brasileira*. Porto: Officina do Commercio do Porto, 1912.

DAEMON, Basílio de Carvalho. *História, descoberta e estatística da Província do Espírito Santo*. Vitoria: Typ. do Espírito Santense, 1879.

- DERENZI, Luiz Serafim. *Biografia de uma ilha*. Rio de Janeiro :Pongetti,1965.
- DOLHNIKOFF, M. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*. 1a.. ed. São Paulo: Globo, 2005.
- ELTON, Elmo. *São Benedito e sua devoção no Espírito Santo*. Vitória: Departamento Estadual de Cultura/ES, 1988.
- FERREIRA, Gabriela Nunes. *Centralização e Descentralização no Império: o debate entre Tavares Bastos e o visconde do Uruguai*. São Paulo: Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo; Ed. 34, 1999.
- FRANÇA, Aldaires Souto. *Uma educação imperfeita para uma liberdade imperfeita (1869-1889)*. Dissertação de Mestrado. UFES, 2006.
- GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Império das Províncias*. Rio de Janeiro, 1822-1889. 1a.. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos. Imprensa, Atores políticos e Sociabilidades nas Cidade Imperial (1820- 1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005.
- NOVAES, Maria Stella. *História do Espírito Santo*. Vitoria: FEES, 1984.
- OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do Estado do Espírito Santo*. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975.
- POCOCK, John Greville Agard. *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: Edusp, 2003.
- ROSA, Affonso Cláudio de Freitas. *História da Literatura Espírito- Santense*. Porto: Oficina do Comércio do Porto, 1912.
- SIQUEIRA, Karulliny S. *Negros na Assembléia Legislativa Provincial do Espírito Santo 1869-1888*. Relatório Final de Iniciação Científica PIBIC/UFES. Vitória/ES, 2007.
- _____. *O Cotidiano da Assembléia Legislativa Provincial do Espírito Santo, 1868-1889*. Relatório Final de Iniciação Científica PIBIC/UFES. Vitória/ES, 2008.
- _____. “Temos os olhos voltados para o futuro, porque o futuro é das grandes idéias”- *O Partido Liberal na Província do Espírito Santo, 1830/1888*. Monografia apresentada ao departamento de História da UFES. Vitória/ES, 2008. (mimeo)

SKINNER, Quentin. As fundações do Pensamento Político Moderno. 2ª reimpressão - São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VASCONCELOS, Inácio Acioli de. *Memória estatística da província do Espírito Santo escrita no ano de 1828*. (Edição, comentários e notas de Fernando Achiamé. Texto inédito, 2000.).

Capítulo de obra

SANI, Giacomo. "Cultura Política". In: BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola, e PASQUINO, Gianfranco (org). Dicionário de política. Brasília, 1998.

Artigos

CARVALHO, José Murilo. Cidadania: Tipos e percursos. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV, 1996/2. vol.18.

_____. "História Intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura" in: *Topoi: revista de História*, nº 1. Rio de Janeiro.

_____. *Liberalismo, radicalismo e republicanismo nos anos sessenta do século Dezenove*. Centre for Brazilian Studies Oxford, 2007. Disponível em: <<http://www.brazil.ox.ac.uk/papers.html>> Acesso em: 14.06.2009.

Notas

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

² Autores como Novaes e Oliveira reafirmam a idéias de província pacífica ao levantar dados contidos em documentos oficiais como os Relatórios de Presidente de Província, não havendo um diálogo com outros tipos de fontes que contestem esta visão. O caráter tranquilo e sem agitações políticas atribuído ao Espírito Santo durante a década de sessenta pode ser exemplificado pelo Relatório do Presidente de Província Luiz Antônio Fernandes Pinheiro de 1869 que pode ser encontrado no Arquivo Público Estadual. Todavia, como citado no texto, o debate dos deputados provinciais em 1868 e 1869 desconstrói todo o discurso do executivo local, citando até mesmo as partes relacionadas às eleições e contestando as informações dadas por Fernandes Pinheiro. Neste sentido, os relatórios oficiais são colocados aqui como exemplo de fontes que merecem uma maior reflexão.

³ Sobre a aprovação do Ato Adicional em 1834, José Murilo de Carvalho nos indica que foram adotados alguns elementos federais como as Assembléias Provinciais, a divisão de renda e a eliminação do Conselho de Estado. O autor destaca ainda que Ato Adicional, mesmo sendo versão moderada das reformas, deu origem ao que muitos chamaram de experiência republicana no Império. CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e Bordados*. Federalismo e Centralização no Império Brasileiro: História e Argumento. Belo Horizonte: UFMG, 1998. p.165.

⁴ Os fatos são relatados nas discussões dos membros do partido Liberal que se encontram nos Anais da Assembléia Provincial, além do fato de que muitos destes episódios foram também lembrados dez anos mais tarde, em 1878, com a volta do partido Liberal ao poder.

⁵ Informações mais detalhadas acerca formação da Liga Progressista, o debate político da década de 60 e a formação do Clube Radical, ver: *Liberalismo, radicalismo e republicanismo nos anos sessenta do*

século Dezenove. Centre for Brazilian Studies Oxford, 2007. Disponível em: <<http://www.brazil.ox.ac.uk/papers.html>> Acesso em: 14.06.2009.

⁶ ESPÍRITO SANTO. **Assembléia Legislativa**. *Anais da Assembléia Legislativa Provincial do Espírito Santo*: Itapemirim, Tip. da extinta Sentinela do Sul. 1870. p.107

⁷ *Annais, op.cit.*, p.165

⁸ As conclusões citadas encontram-se em relatório de Iniciação científica: SIQUEIRA, Karulliny. *O Cotidiano da Assembléia Legislativa Provincial do Espírito Santo, 1868-1889*. Relatório Final de Iniciação Científica PIBIC/UFES. Vitória/ES, 2008. Acerca da trajetória e características do partido, um estudo mais detalhado foi feito em minha monografia de conclusão de curso, onde se originou a maioria das questões destacadas no presente artigo: “*O Partido Liberal na Província do Espírito Santo, 1830/1888*”. Monografia apresentada ao departamento de História da UFES. Vitória/ES, 2008.